

## POLÍTICA DE PRIVACIDADE

### | COMPROMISSO

Disponibilizar aos Clientes uma política de privacidade que ofereça uma perspetiva geral da forma como são tratados os seus dados, e quais os seus direitos nesta matéria de acordo com o disposto no Regulamento 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho - Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e restante legislação aplicável em matéria de privacidade e proteção de dados, incluindo a legislação local que complementa o RGPD.

### | RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

A entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais é a NAXTEZEPI ASSISTÊNCIA, INTERMEDIÇÃO E CONSULTORIA EMPRESARIAL UNIPessoal LDA. (doravante, “IGS”), sociedade comercial com sede na Rua Castilho, nº 75, 1º esq., 1250 068 Lisboa, contribuinte n.º 516836994, com o capital social de € 200,00, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa.

A IGS também poderá intervir em algumas atividades de tratamento em que poderá ser qualificada como responsável conjunta ou subcontratante, sendo tal informado ao titular de dados pessoais previamente ao tratamento.

### | ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS

A IGS designa um Encarregado de Proteção de Dados (“DPO”). Qualquer esclarecimento relativo a políticas ou práticas relativas à privacidade e tratamento da informação poderá ser solicitado ao DPO designado através do envio de correio eletrónico [nmarques@igroupsolution.com](mailto:nmarques@igroupsolution.com) ou morada (IGS a/c Data Encarregado de Proteção de Dados para a morada: Avenida Casal Ribeiro, nº16, 9º andar, 1000-092 Lisboa). O DPO poderá também ser contactado com vista à remoção de subscrições, à revogação do consentimento ou à apresentação de queixas fundadas numa violação legal ou desta política de privacidade.

### | TRATAMENTO DADOS PESSOAIS

Os dados fornecidos, no âmbito da relação estabelecida entre os Clientes e a IGS são tratados em conformidade com os seguintes princípios aplicáveis:

- licitude, lealdade e transparência;
- finalidades determinadas, explícitas e legítimas;
- adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário, considerando as finalidades para que os dados sejam tratados;
- exatos e, se necessário, atualizados (serão consideradas as medidas adequadas para assegurar que serão eliminados ou corrigidos os dados inexatos considerando as finalidades para que foram obtidos);
- conservados de forma a permitir a identificação dos seus titulares apenas durante o período necessário e de acordo com o legalmente previsto;
- tratados de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental, adotando as medidas técnicas ou organizativas adequadas.

## | FINALIDADE, FUNDAMENTO E CONSERVAÇÃO

FINALIDADE	FUNDAMENTOS	CONSERVAÇÃO
<p>Tratamento necessário para a execução e gestão do contrato de seguro e de mediação de seguros, ou para diligências pré-contratuais, com a intervenção do mediador de seguros.</p>	<p>Apresentação, proposição, celebração e execução do contrato de seguro, diligências pré-contratuais e apoiar a sua gestão, em especial em caso de sinistro, com a intervenção do:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Interesse legítimo do responsável pelo tratamento ou por terceiros na identificação, avaliação de riscos, informação, esclarecimento e aconselhamento de soluções e produtos;</li> <li>• Consentimento do Titular de Dados Pessoais;</li> <li>• Cumprimento de obrigações jurídicas e legais.</li> </ul>	<p>A considerar até decurso do prazo legal de prescrição de todas as obrigações emergentes do contrato de seguro e da atividade de mediação de seguros.</p>
<p>Prospecção, Ação comercial, preparação de propostas, envio de newsletters, material promocional e convites para eventos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consentimento do Titular de Dados Pessoais</li> <li>• Interesses legítimos de desenvolvimento e crescimento da atividade do responsável pelo tratamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Enquanto existir consentimento para o efeito;</li> <li>• Durante o período em que exista uma relação comercial entre o titular dos dados pessoais e a IGS, e durante os seis meses posteriores à cessação de tal relação.</li> </ul>
<p>Cumprimento de obrigações legais (autoridades de supervisão, tributária, fiscal ou judiciais)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interesses legítimos de controlo da atividade do responsável pelo tratamento ou por terceiros</li> <li>• Cumprimento de obrigações legais e jurídicas</li> <li>• Para exercício, declaração ou defesa de direitos em processo judicial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Até ao decurso do prazo de prescrição ou caducidade para o exercício de direitos</li> <li>• Prazo legal aplicável (momento para cada obrigação legal e jurídica a cumprir);</li> <li>• Todos os dados são recebidos e armazenados durante o período mínimo legalmente estabelecido em 10 anos, salvo se para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito em processo judicial, for justificado prazo superior;</li> <li>• Em cumprimento de obrigações em matéria de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo, os dados serão conservados durante um período de 7 anos</li> </ul>

Os dados pessoais que processamos através do Site Web e/ou Canal telefónico serão utilizados exclusivamente para as finalidades específicas, diferenciando o tipo de Titular dos Dados Pessoais. Se

o Titular dos Dados Pessoais não é cliente, ou seja, é um potencial cliente ou um Titular dos Dados Pessoais que navega pelo site:

- Gerir e processar o orçamento solicitado e efetuar o contato por meios eletrónicos, redes sociais ou através de atendimento telefónico posterior, para continuar com a contratação do produto e prestar a ajuda necessária para completar o seu processo de contratação ou informar sobre o produto a ser contratado pelo Titular dos Dados Pessoais. A base de legitimação é a formalização, execução e gestão do produto a ser contratado solicitado pelo Titular dos Dados Pessoais (artigo 6.1.b RGPD). Esses dados são necessários para oferecermos uma tarifa ajustada à situação real deste, bem como para a prestação do serviço a contratar de acordo com o cumprimento de obrigações legais, conforme o artigo 6.1.c RGPD.
- Realizar inquéritos de satisfação de qualidade ou opinião. A base de legitimação é o interesse legítimo em controlar a qualidade dos serviços e avaliar a satisfação dos seus clientes potenciais e atuais, a IGS pode dirigir-se ao Titular dos Dados Pessoais, por qualquer meio ou canal que este nos tenha autorizado, para solicitar a sua avaliação sobre os produtos e serviços oferecidos e/ou adquiridos e a realização de análises desta informação para a melhoria dos serviços. Este tratamento responde à necessidade de adaptar a nossa operação e os produtos e serviços oferecidos às preferências e expectativas do Titular dos Dados Pessoais, com o compromisso de aumentar a qualidade do serviço prestado, sendo necessário conhecer a sua opinião. A qualquer momento, poderá recusar dar a sua avaliação, assim como comunicar a sua oposição a ser contactado para este fim.
- Gerir o envio de comunicações comerciais sobre produtos e serviços da IGS, por meio dos diferentes canais de comunicação disponíveis, inclusive por via telefónica, eletrónica ou telemática, sobre produtos, serviços, promoções, ofertas, campanhas de fidelização, eventos, notícias, recomendações ou comunicações dos produtos comercializados pela IGS, assim como quaisquer outras ações de carácter comercial (incluída a elaboração de um perfil comercial para esse fim). A base de legitimação é o consentimento concedido pelo Titular dos Dados Pessoais para o envio de comunicações comerciais através de correio postal, correio eletrónico, telefone, SMS ou outros meios eletrónicos equivalentes. A qualquer momento, este pode revogar o seu consentimento para o tratamento dos seus dados para essa finalidade, de forma gratuita, e em cada comunicação eletrónica realizada, o Titular dos Dados Pessoais pode cancelar a subscrição para deixar de receber este tipo de comunicações. Além disso, na seção "Direitos" desta Política descreve-se o modo de solicitar o cancelamento deste tipo de comunicações.
- Gerir o envio de comunicações comerciais por parte da IGS de terceiras entidades, previamente identificadas para o Titular dos Dados Pessoais, e com as quais a IGS tenha subscrito algum tipo de contrato de colaboração empresarial. A base de legitimação é o consentimento concedido pelo Titular dos Dados Pessoais para o envio de comunicações comerciais através de correio postal, correio eletrónico, telefone, SMS ou outros meios eletrónicos equivalentes. A qualquer momento pode revogar o seu consentimento previamente concedido para o tratamento dos seus dados para esta finalidade, de forma gratuita, e em cada comunicação eletrónica realizada pode cancelar a subscrição para deixar de receber este tipo de comunicações. Além disso, na seção "Direitos" desta Política descreve-se o modo de solicitar o cancelamento deste tipo de comunicações.

Se o Titular dos Dados Pessoais é cliente da IGS:

- Formalizar e gerir o produto contratado pelo cliente, realizar a manutenção da relação contratual, processar ou dar seguimento a qualquer solicitação do seu produto ou relativa a novas contratações por qualquer meio (eletrónicos, redes sociais ou telefónicos), assim como a atenção e gestão de queixas e reclamações. A base de legitimação é a formalização, execução e gestão do produto a ser contratado solicitado pelo cliente Titular dos Dados Pessoais (artigo 6.1.b RGPD). Todos os dados que fornecer na contratação e ao longo da sua

relação com a IGS são necessários para a formalização e gestão do seu contrato e dos serviços associados. Esses dados são necessários para que possamos oferecer uma fee ajustada à situação real desse cliente, bem como para a prestação do serviço a contratar de acordo com o cumprimento de obrigações legais, conforme o artigo 6.1.c RGPD.

- Realizar verificações e comprovações que permitam avaliar o possível fraude e a prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, assim como a consulta de dados de solvência relativos ao Cliente que, se for o caso, figurem em ficheiros sobre solvência patrimonial e crédito ou em ficheiros relativos ao cumprimento ou incumprimento de obrigações monetárias. A base de legitimação é o interesse legítimo da IGS de avaliar a solvência económica do Titular dos Dados Pessoais, bem como a possível admissão como cliente ou, se for o caso, a comunicação dos dados a sistemas de informação creditícia, assim como para prevenir a fraude e o branqueamento de capitais e evitar práticas anómalas que possam causar prejuízos económicos e reequacionais. Adicionalmente, existe uma habilitação legal recolhida no artigo 6.1.c do RGPD sob a qual concede aos credores que prestam um serviço de faturação periódica, como é o nosso caso, tratar estes dados de informação creditícia. Igualmente, em cumprimento das obrigações exigidas na Lei n.º 83/2017, de 18 de Agosto, de prevenção do branqueamento de capitais e da financiamento do terrorismo, a IGS terá que comunicar os dados pessoais do cliente a organismos como o Banco de Portugal, SIS, entre outros.
- Realizar inquéritos de satisfação de qualidade ou opinião. A base de legitimação é o interesse legítimo para controlar a qualidade dos serviços e avaliar a satisfação dos seus clientes, a IGS poderá dirigir-se ao Titular dos Dados Pessoais e/ou cliente, por qualquer meio ou canal para solicitar a sua avaliação sobre os produtos e serviços oferecidos e/ou adquiridos e a realização de análises desta informação para a melhoria dos serviços. Este tratamento responde à necessidade de adaptar a nossa operação e os produtos e serviços oferecidos às preferências e expectativas do cliente com o compromisso de aumentar a qualidade do serviço prestado, sendo necessário conhecer a sua opinião. A qualquer momento, o Titular dos Dados Pessoais poderá recusar dar a sua avaliação, assim como comunicar a sua oposição a ser contactado com esta finalidade.
- Gerir o envio de comunicações comerciais sobre produtos e serviços da IGS, por meio dos diferentes canais de comunicação à disposição, inclusive por via telefónica, eletrónica ou telemática, sobre produtos, serviços, promoções, ofertas, campanhas de fidelização, eventos, notícias, recomendações ou comunicações dos produtos comercializados pela IGS, assim como quaisquer outras ações de caráter comercial (incluída a elaboração de um perfil comercial para esse fim). A base de legitimação é o interesse legítimo da IGS para o envio de comunicações comerciais através de correio postal, correio eletrónico, telefone, SMS ou outros meios eletrónicos equivalentes é a necessidade de o prestador de enviar de comunicações comerciais referentes a produtos ou serviços da própria empresa que sejam semelhantes aos que inicialmente foram objeto de contratação com o cliente. A qualquer momento, o e/ou cliente poderá opor-se ao tratamento dos seus dados para esta finalidade, de forma gratuita, e em cada comunicação eletrónica realizada poderá cancelar a subscrição para deixar de receber este tipo de comunicações. Além disso, na seção "Direitos" desta Política descreve-se o modo de solicitar o cancelamento deste tipo de comunicações. Igualmente, a IGS baseada no interesse legítimo, ao abrigo do artigo 6.1.f do RGPD, realizou uma ponderação dos direitos fundamentais do interessado (direito à proteção de dados pessoais, direito ao honor e à intimidade pessoal e familiar) e o próprio interesse legítimo da IGS, concluindo que tais direitos não ficam afetados. Consideramos além disso que, como potencial cliente, este tem uma expectativa razoável para poder enviar-lhe informação comercial que pode ser de interesse, baseada no seu perfil de cliente, sem que com isso se produza uma atuação invasiva dos seus direitos e interesses. Procede-se à elaboração de um perfil baseado nas suas características pessoais e a informação obtida das ações como Titular

dos Dados Pessoais e, especialmente, a aquisição de produtos. A informação relativa ao perfil será tratada de forma segura e confidencial, sendo processada apenas nos sistemas que analisam a informação obtida de forma automatizada. Por outro lado, o Titular dos Dados Pessoais e/ou cliente poderá, a qualquer momento, manifestar a sua vontade de não ser objeto deste tratamento, exercitando o seu direito de se opor ao mesmo.

- Gerir o envio de comunicações comerciais por parte da IGS de terceiras entidades, previamente identificadas para o Titular dos Dados Pessoais, e com as quais o Prestador tenha subscrito algum tipo de contrato de colaboração empresarial. A base de legitimação é o consentimento concedido pelo Titular dos Dados Pessoais para o envio de comunicações comerciais através de correio postal, correio eletrónico, telefone, SMS ou outros meios eletrónicos equivalentes. A qualquer momento poderá revogar o seu consentimento previamente concedido para o tratamento dos seus dados para esta finalidade, de forma gratuita, e em cada comunicação eletrónica realizada poderá cancelar a subscrição para deixar de receber este tipo de comunicações. Além disso, na seção "Direitos" desta Política descreve-se o modo de solicitar o cancelamento deste tipo de comunicações.

*Dados identificativos:* nome, apelidos e cartão de cidadão/passaporte

*Dados de contacto:* domicílio, direção de correio eletrónico e telefone.

*Dados económicos:* dados relativos à avaliação da solvência.

*Dados de fornecimento:* código Universal de Ponto de Fornecimento (CUPS)

Se para poder gerir o contrato é necessário que o Titular dos Dados Pessoais nos facilite informação de terceiras pessoas distintas a si mesmo, a IGS cumprirá com o dever de informação do artigo 14 do RGPD e obtenção do consentimento destes terceiros, uma vez obtidos os dados pessoais, seja na primeira comunicação ou, o mais tardar, dentro de um mês, tendo em conta as circunstâncias específicas nas quais se tratem esses dados.

## | DADOS RELATIVOS A SAUDE

No caso de algumas coberturas de riscos a transferir (por exemplo seguros de acidentes pessoais, saúde, acidentes de trabalho, vida, entre outros, a IGS poderá proceder ao tratamento de dados, quer no âmbito da relação pré-contratual para análise do risco proposto e/ou negociação das condições contratuais, quer no âmbito da gestão da relação contratual, utilização da cobertura, gestão de sinistros e em processos de renovação e de alterações contratuais, sempre mediante consentimento do titular dos dados pessoais.

## | COMUNICAÇÃO DE DADOS

Os dados pessoais podem ser tratados por outras entidades se for o caso, como subcontratante ou responsável conjunto pelo tratamento, a quem a IGS eventualmente tenha subcontratado o seu processamento.

Têm acesso aos dados pessoais os colaboradores da IGS e todas as partes integrantes do contrato em questão que deles necessitem para cumprir as diligências pré-contratuais obrigações contratuais ou legais da atividade de mediação de seguros.

A divulgação de informações pessoais a parceiros de atividade comercial da IGS pressupõe sempre que estes, mesmo fazendo um tratamento separado de dados pessoais, cumprem as leis de proteção de dados. Sempre que tal seja solicitado, a IGS concede acesso à política de privacidade dos acima referidos parceiros.

Os dados pessoais poderão, ainda, ser tratados por outras Seguradoras no pressuposto da regularização de sinistros em que se encontrem envolvidas.

## | DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS

O Titular de Dados Pessoais tem direito a solicitar à IGS e, por seu intermédio, às Seguradoras, mediante pedido escrito dirigido ao DPO:

- O acesso, nos termos e condições legalmente previstos, aos Dados Pessoais que lhe digam respeito e que sejam objeto de tratamento;
- A correção ou atualização de Dados Pessoais inexatos ou desatualizados que lhe respeitem;
- O tratamento de Dados Pessoais em falta quando aqueles se mostrem incompletos;
- O apagamento, nos casos especificamente previstos na lei, de Dados Pessoais que lhe digam respeito;
- A limitação, verificadas as condições previstas na lei, do tratamento de Dados Pessoais no que lhe diga respeito.
- A portabilidade dos dados, solicitando as informações pessoais sempre que o tratamento dessas informações for fundada consentimento ou na execução de um contrato em seja parte.  
A oposição ao tratamento da informação pessoal, quando, de forma fundamentada, demonstrar o fundamento legal aplicável e um interesse legítimo.

Mediante pedido escrito, dirigido ao DPO, o Titular de Dados Pessoais tem, ainda, direito a:

- Retirar o consentimento prestado, embora a retirada do consentimento não comprometa a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;
- Opor-se ao tratamento por motivos relacionados com a sua situação particular, quando o tratamento de dados se fundar em interesse legítimo do responsável pelo tratamento ou de terceiros;
- Receber do responsável pelo tratamento, em formato digital de uso corrente e leitura automática, os dados pessoais que lhe digam respeito e que tenham sido, por si, fornecidos, tratados por meios automatizados com fundamento:
  - em consentimento prestado pelo Titular de Dados Pessoais ou,
  - em contrato celebrado, podendo solicitar, por escrito, a respetiva transmissão diretamente para outro responsável, sempre que tal se mostre tecnicamente possível.

O Titular dos dados pode também requerer ao DPO informação detalhada (finalidade / licitude / prazos de conservação) bem como apresentar-lhe reclamações sobre o modo como os seus dados pessoais são tratados, sem prejuízo de o poder fazer, também, junto da entidade competente (Comissão Nacional Proteção Dados).

## | OBTENÇÃO DE DADOS

No âmbito da finalidade da gestão da relação pré-contratual e contratual do seguro e no quadro do cumprimento dos deveres de informação, esclarecimento, transmissão, aconselhamento, assistência e registo que lhe são impostos pela legislação aplicável, a IGS poderá proceder à recolha de informação respeitante ao Titular de Dados Pessoais que considere relevante para a avaliação do risco a segurar e fixação pelas Seguradoras das condições contratuais do seguro, junto de fontes acessíveis ao público, organismos públicos, associações do sector, plataformas informáticas existentes ou empresas especializadas, para complementar ou confirmar a informação facultada pelo Titular de Dados Pessoais.

A obtenção de dados pela IGS é realizada nos termos estritamente necessários e inclui o nome, email, morada, números de telefone e de telemóvel, bem como informações relevantes como a profissão, o idioma, o código postal e a localização.

## | OBRIGAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

O Titular de Dados Pessoais cliente da IGS ficará legal ou contratualmente obrigado ao fornecimento de alguns dados pessoais necessários ao cumprimento das obrigações e diligências pré-contratuais e contratuais derivadas e ainda os que a IGS é legalmente obrigada a recolher.

Sem estes dados a IGS terá, regra geral, de recusar a colocação do contrato ou a execução de uma ordem junto de uma seguradora ou sociedade gestora de fundo de pensões.

A IGS, exercendo atividade de mediação de seguros no âmbito do ramo Vida, encontra-se sujeita às disposições legais relativas ao branqueamento de capitais. A fim de podermos cumprir esta obrigação legal, o Titular de Dados Pessoais terá de nos disponibilizar as informações e a documentação necessárias e, durante a relação comercial, a comunicar de imediato quaisquer alterações que ocorram ou a confirmar a sua atualidade. Caso não nos disponibilize as informações e a documentação necessárias, não poderemos estabelecer ou continuar a relação comercial, ou dar seguimento aos pedidos que nos dirija.

O Titular de Dados Pessoais tem a obrigação de manter a IGS informada sobre quaisquer alterações sobre os seus dados pessoais, nomeadamente nos termos e condições previstos nas respetivas apólices.

## | COMUNICAÇÃO DE DADOS

Os dados do Titular de Dados Pessoais poderão ser comunicados a:

- As Administrações Públicas nos casos previstos por lei.
- Os Registos Públicos e Sistemas de Prevenção contra o Fraude, aos quais poderão ser comunicados os dados relativos a não pagamentos e incidências no pagamento de produtos ou serviços contratados à IGS.

## | TRANSMISSÃO DE DADOS PESSOAIS A OUTRO PAÍS OU ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL

A transmissão de dados pessoais a países fora da União Europeia só ocorre caso tal seja necessário para a execução de ordens ou pedidos do Titular de Dados Pessoais, por exigência legal ou caso nos tenha concedido uma autorização expressa para o efeito.

No caso de ser necessário o recurso a prestadores de serviços de países terceiros, estes estarão obrigados a cumprir as instruções escritas nesta matéria, mediante a subscrição de um acordo com as cláusulas contratuais tipo da União Europeia e modelos de certificação, para o cumprimento do nível de proteção de dados aplicável na União Europeia.

O Titular dos dados será sempre informado quanto a eventual transmissão de dados nos termos acima indicados previamente à realização da transmissão.

## | SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

A IGS adota medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os Dados Pessoais contra a sua perda, destruição ou danificação, accidental ou ilícita e, bem assim para assegurar que os dados facultados sejam protegidos contra o acesso ou utilização por parte de terceiros não autorizados. A IGS garante a privacidade e segurança na transmissão dos dados dos seus clientes e dos visitantes do seu website e demais plataformas informáticas, caso dos mesmos disponha.

## | DEFINIÇÃO DE PERFIS

Em regra, não tratamos dados de forma automatizada com a finalidade de definição de perfis comerciais, no entanto poderemos ter que proceder à definição de perfis no âmbito dos serviços contratados ou a contratar.

Poderemos proceder à definição de perfis para poder informar e aconselhar sobre os produtos e serviços, utilizando instrumentos de avaliação, caso em que o titular dos dados pessoais abrangidos será previamente informado. Tal permite uma comunicação e publicidade orientada à procura. A IGS aplica todas as medidas adequadas à salvaguarda dos seus direitos e liberdades neste âmbito, No caso da criação de perfis de cliente exclusivamente para efeitos comerciais, poderá opor-se à definição desse perfil, mediante contacto para o Encarregado de Proteção de Dados, para os contactos acima indicados.

#### | **COOKIES**

Consulte a política de Cookies da IGS

#### | **ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PRIVACIDADE**

A IGS reserva-se no direito de alterar esta política de privacidade a qualquer momento e sem aviso prévio pelo que se recomenda a consulta periódica da nossa Política de Privacidade.